



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAXIS

ANO IX - Nº 92 - NOVEMBRO / DEZEMBRO 2016



A questão racial no Brasil

Páginas 8 e 9



Serviço Social 80 anos
Conjunto CFESS/CRESS

Páginas 12 e 13

Exercício profissional
Assistente social em cargos de gestão

Páginas 4 e 5

**CRESS opina**

O passado contra-ataca

Quando o leitor tiver em mãos este jornal, tudo indica que a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) não mais existirá. A maior parte de suas atribuições terá sido, a partir de 01 de janeiro de 2017, incorporada à Secretaria Estadual de Saúde que, de acordo com o Decreto 45.840 de 05 de dezembro de 2016, terá passado a se chamar Secretaria Estadual de Saúde e Assistência Social e Direitos Humanos.

A extinção da SEASDH é (mais) um sinal fortíssimo dos tempos sombrios em que temos vivido. É que sua desativação se inscreve em um movimento nacional de desmonte das estruturas garantidoras de direitos, gerando insegurança quanto ao futuro próximo em tempos de quebra das regras do jogo democrático por parte da direita reacionária.

Ela, que já foi capaz de dar o golpe e implementar no Brasil um governo não-eleito e ilegítimo, agora parte para o ataque às políticas sociais, redirecionando montante ainda maior dos recursos públicos para o pagamento de juros a um punhado de milionários, assim como para isenções fiscais a megaempresas que, com a carência e a desassistência alheia, têm muito a ganhar. Exemplos não faltam. Na área da saúde financiam-se, em detrimento do equipamento público, as “comunidades terapêuticas” vinculadas a entidades privadas. E por que não construir e aparelhar hospitais, contratando grandes empreiteiras e conglomerados de equipamento de última geração, e

aproveitar para “estimular a economia”? E tome novos hospitais. Mas os usuários, frente à exiguidade e à precariedade das condições de trabalho do pessoal empregado, padecem em filas intermináveis à espera dos serviços cuja qualidade se degrada dia após dia.

No plano nacional, os indícios de destruição da noção de “garantia de direitos” são eloquentes.

A equação, como vemos, tem dois termos: de um lado, o máximo de dinheiro público para os patrões. De outro, o mínimo para o financiamento das políticas sociais, sem as quais não se asseguram os direitos dos trabalhadores. Mas... Como fechar essa aritmética sem produzir revolta da população atingida e luta aberta contra a precarização das condições de vida?

É aí que entra o resgate da velhíssima combinação de filantropia e voluntariado. Com alguma “boa vontade” de damas da sociedade e muita “boa intenção” de desempregados precisando preencher seus currículos, ocupam-se postos de trabalho privativos de profissionais. Desprofissionaliza-se, assim, a política social – e economiza-se dinheiro de salários. Degrada-se a qualidade do serviço, mas aumenta a parte do leão para o capital. Ao mesmo tempo, busca-se atenuar o caráter explosivo da questão social reforçando-se a coesão através da “solidariedade”, que ameniza a revolta de quem tem seus direitos espoliados.

O movimento impacta com força o Serviço Social na medida em que, há décadas, diferentes governos vêm buscando implementar uma desregulamentação velada de nossa profissão. Substituem-se assistentes sociais por empregados mais baratos e menos

críticos; criam-se cargos genéricos e postos de nível médio; empregam-se voluntários; regulamentam-se quase-profissões como a de “mediador de conflito” – hoje tão em voga no Judiciário. Um exemplo no campo da assistência social é o recém-lançado Programa Criança Feliz (aquele mesmo ao qual Marcela Temer anunciou sua “contribuição cidadã”, ressuscitando o lamentável primeiro-damismo do qual a assistência já foi tantas vezes vítima), que pretende operar por meio de visitas domiciliares regulares feitas por “profissionais capacitados”. No decreto que o institui, nenhuma menção a quais profissionais, e na imprensa a afirmação insistente de que será pessoal de nível médio...

Nesse cenário, assistentes sociais devem estar atentas e fortes. **Contra o desmonte das políticas sociais e pelo avanço dos direitos, é – mais do que nunca – hora de somar-se aos atos em sua defesa e se organizar politicamente! E contra a desregulamentação velada do Serviço Social, é necessário fortalecer o Conjunto CFESS/CRESS!**

PRAxis NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 92 - Novembro/dezembro 2016

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Olivar

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto

Suplentes: Charles Toniolo de Sousa, Eliane Santos de Assis, Glícia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodrê de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Silva Lima, Nelson Félix Lima Neto, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Caio Martins, Victor Neves, Daniele Ferreira, Célio Albuquerque, Rafael Lopes

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso d’Almeida

Secretário: Cristiano Correa Pessanha

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Fernanda de Oliveira Monteiro e Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense – Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Fabíola Salvador da Costa

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Estagiária de comunicação: Carolina Rodrigues

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 17.000 exemplares - **Data de impressão:** 06/01/2016

Notas

Processo Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS

Está aberto o processo eleitoral para as direções do Conjunto CFESS/CRESS. No nosso estado, assistentes sociais votarão nas chapas para o CFESS e para o CRESS-RJ. Profissionais que residem nas áreas de jurisdição das seccionais de Campos dos Goytacazes ou de Volta Redonda também votarão para as diretorias das respectivas seccionais.

As inscrições de chapas vão até o dia 16 de janeiro de 2017 e poderão ser efetuadas na sede e nas seccionais. As eleições, seguindo os dois últimos processos eleitorais, serão via Correios. Profissionais que estão em dia com a anuidade até 2016 receberão a cédula em suas residências, já com o envelope de retorno, que deve ser postado o quanto antes para garantir que chegue ao CRESS a tempo da apuração dos votos (que será dia 18 de março).

O calendário completo, bem como o Código Eleitoral, pode ser acessado no site do CRESS, através do link <https://goo.gl/s1BRxG>

Registro e anuidade

A categoria do nosso estado, reunida após convocação de assembleia que ocorreu no dia 18/11, no auditório do CRESS, debateu e deliberou democraticamente sobre os valores da anuidade para o ano de 2017:

Valor da anuidade 2017	R\$ 492,00 (reajuste, abaixo do índice da inflação, de: 2,43%)
15% de desconto em parcela única até 10 de fevereiro	R\$ 418,20
10% de desconto em parcela única até 10 de março	R\$ 442,80
5% de desconto em parcela única até 10 de abril	R\$ 467,40

Os pagamentos em 2017 serão realizados em agências da Caixa Econômica Federal ou em casas lotéricas.



A cobertura completa da assembleia pode ser acessada no link <https://goo.gl/liWkVj>

DEFENDA SUA PROFISSÃO!
A ANUIDADE É A GARANTIA DA AUTONOMIA POLÍTICA DO NOSSO CONSELHO E DO CUMPRIMENTO DE SUAS PRERROGATIVAS!

CRESS-RJ recebe o Conselho Federal no projeto “CFESS na estrada”



Nos dias 01 e 02 de dezembro, o CRESS-RJ foi visitado por conselheiras e assessorias do CFESS, como parte do projeto “CFESS na Estrada”. É uma ação política do Conselho Federal, que visita todos os CRESS do país. Temas como o processo de registro, arrecadação do Conselho via anuidades, processamento ético, orientação, fiscalização, gestão administrativo-financeira, política de comunicação e ações políticas do CRESS foram debatidos, a partir de uma troca de experiências e reflexões.

Tanto o CFESS como o CRESS-RJ avaliaram ter sido o momento muito proveitoso para ambas as entidades.

Setores do CRESS atenderão ao público em horário unificado

De modo a prestar um melhor atendimento à categoria, à diretoria e aos usuários, o CRESS, a partir de fevereiro de 2017, atenderá ao público em um único horário: das 12 às 18:00h.

A medida foi tomada de modo a compatibilizar a jornada de trabalho dos trabalhadores do Conselho, que é de 30 horas semanais, com as necessidades de atendimento ao público.

“A ideia é proporcionar melhores condições de atendimento à categoria que busca os serviços do CRESS: inscrição, anuidade, orientação, processamento ético, biblioteca, dentre outros. Mas também a participantes de comissões e de outras atividades do Conselho. Quando a pessoa for ao CRESS, poderá acessar os diferentes serviços que ele oferece de uma vez só”, avalia Caio Martins, gerente administrativo do CRESS.

O novo horário entra em vigor a partir do dia 06 de fevereiro de 2017, e valerá para a sede e para as seccionais de Campos dos Goytacazes e de Volta Redonda.

Exercício profissional

O trabalho de assistentes sociais na gestão da política de assistência social



Alessandra, Elida, Fabrício, Elaine e Kátia

Uma greve no início de 2015 foi o ponto de partida para que assistentes sociais da política de assistência social do município de Itaguaí, no Rio de Janeiro, conseguissem criar uma forte mobilização de trabalhadores locais. No mesmo momento em que a luta se desenrolava, a vida política municipal passava por séria crise. Desde 2014 o então prefeito estava afastado do cargo por denúncias de desvio de verba do Sistema Único de Saúde e dos royalties do petróleo. No ano seguinte, o mandato de Luciano Mota (PSDB) foi cassado.

Acampados por cerca de três meses em frente à prefeitura da cidade, os trabalhadores conseguiram então que o vice-prefeito se comprometesse em assumir a promessa do plano de cargos e carreiras.

“A assistência se fortaleceu muito. Profissionais se uniram e reativaram o fórum dos trabalhadores do SUAS”

Katia Omena

“Em 2012 o município de Itaguaí convocou um grande número de assistentes sociais e psicólogos concursados. Anteriormente eram contratos ou cargos comissionados. E isso foi o que deu força à greve, para a mudança da estrutura da assistência social implementada na cidade”, avalia a assistente social Elida Ribeiro, coordenadora do CRAS Chaperó.

Ao final da greve algumas questões foram discutidas para além dos pontos salariais. Os coordenadores de Centros de Referência de Assistência Social, por exemplo, que antes eram alocados de forma indireta e de modo pouco democrático, passou a ser escolha da equipe dos CRAS. A exigência da pauta era de que os servidores que se candidatassem

à função de coordenação fossem do quadro técnico.

“Nesse movimento criamos uma comissão para levantar as demandas de todos os espaços sócio-ocupacionais, que antes trabalhavam de forma desarticulada. A assistência se fortaleceu muito. Profissionais se uniram e reativaram o fórum dos trabalhadores do SUAS. Conseguimos que todos os coordenadores participassem das reuniões. Em seguida, alguns gestores também começaram a participar do fórum”, afirma a psicóloga e coordenadora do CRAS Centro, Katia Omena.

Nesse desenrolar de acontecimentos, as atuais coordenadoras dos CRAS pontuam que a busca por orientação técnica e, conseqüentemente, a organização sistematizada levaram a readequação da política de assistência social à realidade local de cada território.

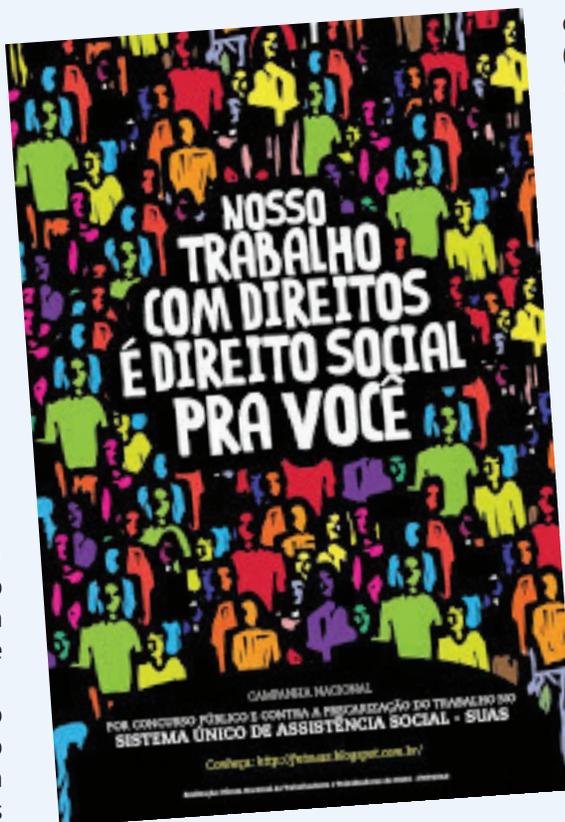
“Antigamente não existia direcionamento na ação das unidades, não se pensava o território que é diferenciado de local pra local, por exemplo. Também conseguimos trazer para gestão determinada autonomia junto à equipe. Antes, o direcionamento do trabalho vinha de cima para baixo e agora não. Vemos o que se adequa à realidade de cada local do município e propomos alterações”, afirma o assistente social Fabrício Giffoni, coordenador do CRAS Califórnia.

A construção de uma nova perspectiva

A crise do capital atualmente em curso no Brasil e no mundo funciona como pretexto para a velha medida liberal: cortes nas políticas públicas e precarização das relações trabalhistas. Essa realidade de retrocesso está presente e se reflete diretamente no cotidiano profissional de assistentes sociais, sejam em espaços públicos ou privados.

Munidos desse argumento, o Estado começou a realizar uma série de cortes nas políticas sociais. O programa Renda Melhor e o Programa Bolsa Família foram os primeiros alvos desse desmonte. A ordem era que se fosse realizada uma varredura nos usuários, afim de verificar quem estava apto ou não a continuar a receber os benefícios. Na prática, essa revisão representava a rapinagem da política de assistência social estadual.

A assistente social Elaine Vieira relata a recente história sobre o abono de faltas de



estudantes da rede pública que compareciam a unidades médicas e não recebiam atestados. A frequência escolar é um dos requisitos para a manutenção do Bolsa Família. “Em 2015 chegou a demanda de que a partir daquele momento não se aceitaria a declaração de comparecimento a posto de saúde para abonar a falta para o Bolsa Família. No CRAS de minha atuação, algumas famílias reclamaram, mas eram poucas. Porém, quando nos reunimos vimos que essa era uma demanda de diversos usuários. Mobilizamos não só a equipe multiprofissional, mas as famílias entenderam a importância de buscarem uma solução em conjunto. De nossa parte, afirmamos que se havia um documento que justificava a ausência na escola iríamos sim aceitá-lo. Ou seja, conseguimos reverter a ordem que veio de cima”, compartilha a exitosa experiência a coordenadora do CRAS Engenho.

Dentro desse cenário de sufocamento das políticas públicas, outra demanda chegou aos CRAS do município. Os gestores agora exigiam a realização de visitas domiciliares de caráter polialesco. As assistentes sociais então buscaram orientações junto ao CRESS.

“Nós nos colocamos contra a perspectiva dessas visitas e acionamos o CRESS para nos orientar. A ideia surgiu de uma de nossas

colegas, a Luciana, que leu no Praxis (número 84) uma matéria sobre visita domiciliar. Era preciso chegar para negociar munido de todo o respaldo técnico e teórico de nossa profissão”, afirma Alessandra Barreto, assistente social e coordenadora do CRAS Brisamar.

Gestoras são, acima de tudo, assistentes sociais

Atuar junto à política de assistência social, assim como junto a qualquer outra política, coloca para assistentes sociais o compromisso de não apenas conhecerem a fundo as normativas legais deste campo, mas como também o debate teórico-político que o envolve, jamais abrindo mão da relação teoria-prática e buscando o apoio de todos os aliados possíveis: profissionais parceiros, usuários, CRESS,

dentre tantos outros.

Assistentes sociais têm ocupado cargos de gestão em diversas políticas públicas, seja através da coordenação de equipes de Serviço Social, de equipes interprofissionais ou mesmo de serviços, programas, projetos e políticas sociais. Trata-se uma competência profissional, prevista no Artigo 4º da Lei nº 8662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão. Apesar de outras categorias profissionais também possuírem essa prerrogativa, como é o caso da psicóloga que coordena o CRAS Centro do município de Itaguaí, uma grande quantidade de assistentes sociais têm sido chamada para assumirem esses lugares na política de assistência social, dada a própria trajetória histórica do Serviço Social nesta política.

Assim, a experiência demonstra que o fato de estarem em cargos de gestão não exime as responsabilidades éticas e políticas que são próprias do Serviço Social. Portanto, é fundamental realizar uma gestão democrática, comprometida com a luta em defesa dos direitos, com a participação dos usuários e com a defesa das prerrogativas das diferentes categorias profissionais, visando a qualidade dos serviços prestados à população.

Pergunte à COFI

Atuação de assistentes sociais em unidades de saúde

O CRESS tem alguma normatização que versa sobre as atribuições de assistentes sociais na saúde?

As normativas profissionais versam sobre o exercício profissional de assistentes sociais como um todo. Desse modo, o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Resoluções do CFESS que versam sobre o exercício profissional constituem o parâmetro jurídico-legal para a intervenção profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais. Portanto, no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, corretamente não existe nenhuma normatização para o Serviço Social nas políticas sociais específicas.

Entretanto, diante do acúmulo de debates que o Conjunto CFESS/CRESS possui sobre a inserção profissional nas diversas políticas sociais, muitos documentos têm sido produzidos de modo a melhor orientar a categoria, de acordo com algumas características do exercício profissional nessas políticas. E todas essas orientações estão pautadas nas normativas profissionais aqui já citadas.

Que documentos então versam sobre a intervenção na saúde?

O CFESS possui um projeto de publicações de brochuras chamado "Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais". Já são cinco publicações existentes, que discutem o exercício profissional na assistência social, no sociojurídico, na política urbana, na educação e na saúde. No caso deste último, o documento se intitula "Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde", publicado em 2010. Ele é produto de um Grupo de Trabalho que foi coordenado pelo CFESS e que teve contribuições dos CRESS de todo o país.

Este documento pode ser acessado no site do CFESS. Ele proporciona um debate sobre o conceito de saúde, o papel do Sistema Único de Saúde, além da atuação profissional de assistentes sociais propriamente dito.



Já no âmbito do nosso estado, em razão de constantes denúncias de irregularidades que chegavam ao nosso conhecimento, em 2012 foi publicado um Termo de Orientação para assistentes sociais que atuam na política de saúde. Este Termo pode ser acessado no site do CRESS-RJ, através do endereço <http://goo.gl/6NplfY>.

O que diz o Termo de Orientação do CRESS-RJ sobre atuação na saúde?

O termo versa sobre questões que a COFI observava em visitas de fiscalização, editais de concurso público e denúncias que chegavam até nós, de atividades que eram requisitadas e algumas realizadas por assistentes sociais que são estranhas às nossas atribuições e competências.

No Termo são tratadas questões como comunicação de óbito; marcação ou cancelamento de consultas, exames ou remoções; atendimentos em recepção ou portaria que não sejam do âmbito da competência da matéria profissional; contatos telefônicos no que diz respeito à procura de vagas para remoção de pacientes; acompanhamento a bancos ou similares para recebimento de benefícios, ou em ambulâncias

com acidentados, ou doentes ou pacientes com alta; situações que envolvem alta e remoção; dentre outros.

O Termo fundamenta o que é e o que não é atribuição de assistentes sociais, e quando em determinadas situações cabe a intervenção do profissional de Serviço Social.

Como devo proceder em relação ao conteúdo do Termo de Orientação no âmbito da minha unidade de saúde?

O CRESS-RJ possui como função o disciplinamento do exercício profissional de assistentes sociais no estado do Rio de Janeiro. Além disso o Termo de Orientação está fundamentado nas normativas da profissão. Assim, é fundamental que assistentes sociais que compõem as equipes de Serviço Social das unidades de saúde o conheçam e o discutam.

Caso identifiquem que alguma irregularidade está ocorrendo, é necessário repensar o trabalho. Construir projetos de intervenção do Serviço Social para as unidades e serviços de saúde é uma boa estratégia para evitar que situações irregulares não se perpetuem e que assistentes sociais possam, de fato, realizar as atividades que lhe competem, prestando um serviço de maior qualidade à população.

Se qualquer assistente social ou equipe estiver sendo requisitada a desempenhar atividades que não são de competência do Serviço Social, o CRESS orienta que o Termo de Orientação seja apresentado à direção da unidade. Apesar de o CRESS já ter enviado cópia do Termo a diversas instituições empregadoras, os gestores mudam. Por isso é sempre importante atualizar esse fluxo de informações.

Caso alguma situação não se resolva, a COFI pode ser acionada através dos plantões de atendimento à categoria ou pelo e-mail cofi1@cressrj.org.br. A profissional também pode participar das reuniões da Comissão de Saúde do CRESS, que se reúne mensalmente. A agenda de reuniões desta comissão (e de todas as demais comissões temáticas do CRESS-RJ) é sempre divulgada nos nossos veículos de comunicação. Acompanhe e participe!

Orientação e Fiscalização

Atribuições profissionais nas UPAs

Desde 2008, a COFI acompanha de perto o exercício profissional de assistentes sociais que trabalham nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Essa história teve início quando a categoria começou a ser convocada para atuar junto às UPAs por intermédio do Corpo de Bombeiros. Por conta dessa ponte, diversas atribuições e competências foram verificadas como incompatíveis com a profissão como, por exemplo, a regulação de vagas para inscrição e agendamento de exames.

Na esteira desses fatos, o CRESS, através da COFI, acionou o Ministério Público, que por sua vez pediu o detalhamento das atividades desenvolvidas por assistentes sociais. A Comissão de Orientação e Fiscalização produziu um Termo de Orientação (disponível no site do CRESS em: <http://goo.gl/6NplfY>) contendo procedimentos e baseado na Lei de Regulamentação e no Código de Ética do Serviço Social. Esse mesmo tema já foi abordado pela COFI na edição 81 do Praxis (janeiro/fevereiro 2015). Porém, a negociação ainda se mantém em curso.

Para a agente fiscal Rhossane Pereira, o cenário político atual do Rio de Janeiro, que já se desenhava anteriormente, entra como mais um elemento agravante nessa situação. Se antes a mobilização de assistentes sociais se fazia necessária, hoje "com os cortes nos quadros de servidores e funcionários e nas políticas sociais" se torna urgente.

"O CRESS não consegue caminhar sem a adesão e participação de assistentes sociais. Chegamos a um momento em que se a categoria não se mobilizar para a construção coletiva de enfrentamento, não vamos conseguir modificar o que está em curso", alerta Rhossane, lembrando que não é apenas o Serviço Social que tem passado por essa difícil situação: diversas categorias profissionais estão em luta contra o mesmo mecanismo neoliberal de precarização da coisa pública.

Já a conselheira Vanessa Bezerra, que também é da COFI, chama a atenção para outro detalhe não menos importante: o projeto de intervenção do Serviço Social. A elaboração desse documento, que é uma espécie de norteador ético-político do nosso trabalho, contribui para deixar mais claro qual o nosso objetivo profissional e, com isso, para que chefias não realizem exigências descabidas.



"O projeto de intervenção é uma carta de apresentação, mostra a estratégia a ser construída no cotidiano profissional. Determinadas fragilidades não seriam realidades se o objeto de atuação do Serviço Social estivesse ali, explicitado. As necessidades e demandas de cada equipamento não são iguais. E isso é mais um fator de importância. E qualificação permanente é compromisso de todas as assistentes sociais. Hoje mais do que nunca", afirma

Eventos organizados

Também em 2015, por conta das inúmeras questões que surgiram envolvendo o exercício profissional de assistentes sociais nas UPAs, a

COFI organizou alguns eventos com o objetivo de orientar as equipes. Um desses encontros foi o seminário "O Serviço Social nas Unidades de Saúde de Urgências e Emergências do Estado do Rio de Janeiro", que teve como o foco as discussões sobre os desafios contemporâneos para o Serviço Social na política de saúde e o panorama da nossa profissão nas urgências e emergências nas unidades de saúde no Rio de Janeiro.

Para fevereiro de 2017, a COFI irá organizar mais uma atividade voltada para assistentes sociais das UPAs, e conta com a participação das profissionais nos desdobramentos das ações em defesa da saúde pública e da prestação de serviços de qualidade à população usuária.

Luta contra o Racismo**Questão racial no Brasil**

“A política de branqueamento ainda está em curso com o genocídio da juventude negra. Negros são as maiores vítimas no Brasil entre a população de 20 a 24 anos”

Roseli Rocha



“A partir do momento que eu tenho uma sociedade historicamente baseada na exploração do outro, já é algo que merece atenção, análise e ação ao longo do tempo para o que essa população viveu e vive até hoje”

Camila Estrela

Nas sutilezas de práticas sociais cristalizadas e nas diversas discussões que envolvem a formação social brasileira, a questão racial não é um tema simples de se abordar. Especificamente na construção da história do negro no Brasil, a desigualdade é uma marca histórica. Essa questão perpassa o cotidiano de diversas formas, desde a seletividade pelo tom de pele, problemas de saúde e a violência institucional, que têm nos corpos negros, seus principais alvos.

Estudos das mais variadas instituições nos dão a noção do longo caminho a ser trilhado. De acordo com estudos realizados pela classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de pessoas com 10 anos ou mais de estudo

diminuiu de forma geral para brancos, negros e pardos. De 2000 para 2010, a proporção caiu de 56,6% para 42,8% entre os brancos, de 74,4% para 56,8% entre os pretos e de 73,2% para 57,3% para os pardos.

No entanto, outro aspecto deve ser levado em consideração. Entre os 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos e analfabetos, 30% são brancos e 70% são negros (ou seja, pretos ou pardos de acordo com o IBGE). Enquanto que na outra ponta, os dados mostram que 73% das pessoas com ensino superior completo são brancas, e menos de 25% negras.

Se forem levados em consideração apenas os estudos relacionados à educação dos grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira, o discurso de democracia racial não

se sustenta. É nessa perspectiva de análise que Roseli Rocha, assistente social do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ) conduz sua análise profissional e política.

“Estuda para você ser alguém na vida! Esse é um discurso muito comum para famílias pobres e negras. Mas percebe-se, através de determinados dados, que isso não é real. Se compararmos o trabalhador com baixa escolaridade quase não há desigualdade entre os grupos étnicos raciais. No entanto, conforme o negro vai aumentando seu nível de escolaridade, o branco está mais empregado, com índices maiores de tempo de escolaridade e por aí vai. A educação não é uma equação exata, isso não quer dizer

igual a maior empregabilidade". Afirma Roseli, que tem experiência profissional nas áreas de educação, saúde e assistência social, atuando principalmente com temas ligados a relações étnico-raciais e de gênero no Brasil.

Da África, homens e mulheres livres foram escravizados e levados a diversos países, principalmente para Europa e Américas do Norte e Latina. Das peculiaridades determinantes da inserção dos negros nas diversas realidades culturais, uma característica é partilhada: a tentativa de eliminar a população afrodescendente destes territórios.

No Brasil, com o fim oficial da escravidão, a política de branqueamento, através das teorias raciais europeias, influenciou fortemente a parte da intelectualidade brasileira do início do século XX, sobretudo após o Congresso Mundial de Raças, em Londres, em 1911. A partir desse momento, começou a ser construída toda uma crença de que o povo brasileiro, por ser fruto da miscigenação, seria um povo degenerado e inferior.

"A política de branqueamento ainda está em curso com o genocídio da juventude negra. Negros são as maiores vítimas no Brasil entre a população de 20 a 24 anos. Vale a pena observar que nos últimos anos as taxas de homicídio entre os jovens brancos têm caído. Ao contrário disso os jovens negros tem morrido em dobro. Não somos maioria nos lugares de maior visibilidade social. Até nos meios de comunicação isso é visível: o sujeito branco aparece na televisão representando o padrão universal. O negro aparece como um ser particular, no comercial dos médicos sem fronteiras e campanhas de doação, por exemplo", questiona Roseli.

Mecanismos sofisticados

É comum se ouvir que não vivemos numa sociedade racista e que o que existe são situações isoladas. A justificativa geral é de que vivemos numa sociedade miscigenada. Ou seja, historicamente a miscigenação serve como um alibi e como defesa de que no Brasil se vive numa sociedade harmônica racialmente. Como realmente a miscigenação é um dado empírico, o racismo no Brasil se dá de forma sofisticada.

"Quando se fala dos determinantes sociais se demonstra o quanto a população negra, dentro da classe trabalhadora, possui questões específicas. Menores índices de escolaridades, são os que mais acessam os serviços públicos de saúde, sofrem maior número de violências, tem o maior índice de população carcerária etc. É preciso pensar os porquês. São determinantes sociais e históricos que fundamentam essa realidade. As diferenças de

raça e cor imprimem a forma de organização da sociedade brasileira. A partir do momento que eu tenho uma sociedade historicamente baseada na exploração do outro, já é algo que merece atenção, análise e ação ao longo do tempo para o que essa população viveu e vive até hoje", destaca a assistente social e professora da Universidade Castelo Branco, Camila Estrela.

Ainda de acordo com Camila, os dados do Ministério da Saúde divulgados no início de 2016 apontam que do total de 1.583 mortes maternas em 2012, 60% eram de mulheres negras e 34% de brancas. Outra dificuldade apontada por ela na implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é o racismo institucional. Ou seja, dos profissionais em relação aos usuários, que também é outra forma de segregação e que reforça no âmbito institucional as relações construídas na sociedade.

"O combate ao racismo institucional só tem um caminho: a formação. Em diversas situações, as pessoas perpetuam o racismo sem se dar conta. A construção de uma outra ordem social passa por várias vias. Ainda que não haja capitalismo, o racismo pode continuar. A classe trabalhadora tem suas especificidades e a população negra brasileira, ainda mais", provoca Camila e complementa:

"Tenho me aprofundando nessa questão dentro do Serviço Social. Tratar as questões étnico-raciais desde a formação básica ao ensino superior é uma questão fundamental porque, durante o processo de formação, o aluno precisa entender que a população brasileira é majoritariamente negra. E isso é determinante: saber quem ela é, seu cotidiano, sua história. O racismo no Brasil é vivido de forma silenciosa e que por isso adoce quem o vive, pois tem raízes profundas na sociedade".

CRESS-RJ na luta contra o racismo

A Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS-RJ (GEDS) desde sua criação, nos anos 1990, vem promovendo reflexões e debates sobre as diversas manifestações do racismo no cotidiano profissional e nos diversos espaços sócio ocupacionais de assistentes sociais. Um exemplo foi a roda de conversa "Violência Obstétrica e Exercício Profissional", cujo tema foi debatido a partir da intersecção gênero/raça. Nesta roda, tratou-se o fenômeno da violência obstétrica como um processo que acomete as mulheres bem antes da gravidez, dificultando-as de exercerem os seus direitos reprodutivos.

Constatou-se que as mulheres negras, pobres e adolescentes estão mais sujeitas a sofrerem estas violências e negligências em razão de uma "hierarquia institucional", uma espécie de cultura que as trata com incapazes de compreender e tomar decisões sobre seu corpo. Estudos demonstraram que o tempo dispendido para a consulta para as mulheres negras é menor em relação ao tempo dispensado para as mulheres brancas. Elas são menos examinadas e apresentam maior desinformação sobre o aleitamento, por exemplo, do que as mulheres brancas.

Nas comemorações do Dia da Consciência Negra, a Comissão de Formação Profissional do CRESS, junto da ABEPSS, também realizou um evento "Relações Raciais, Formação Profissional e Serviço Social", no dia 29/11, no auditório do Conselho. Os debates versaram sobre a importância do tema ser discutido com mais ênfase no âmbito da formação profissional de assistentes sociais.

Nesse sentido, assistentes sociais precisam intensificar o diálogo crítico-reflexivo e enfrentar o desafio de falar sobre o racismo. Ficar atentas a essas práticas, socializar as informações sobre os determinantes sociais e de saúde das mulheres negras (como o racismo institucional), desconstruindo representações sociais negativas em torno da negritude. Um trabalho profissional que contribua para o livre exercício de seus direitos com base nos princípios e valores que regem a intervenção profissional, como combater todas as formas de discriminação e preconceito, com vistas à construção de uma ordem societária baseada na igualdade e no respeito à diversidade.



Seccionais



A crise política em Campos e o protagonismo da seccional

Na última edição do Praxis, a seccional destacou que assistentes sociais que atuam na política de assistência social de Campos dos Goytacazes apontaram que o programa Cheque Cidadão (programa municipal de transferência de renda) estava sendo distribuído com fins clientelistas em diversos territórios do município.

Ainda de acordo com a matéria, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos estava desconsiderando estudos socioeconômicos realizados por assistentes sociais, não incluindo famílias que estavam dentro do perfil do programa desde o ano de 2009.

"Isso configura uma demanda reprimida de aproximadamente oito anos. Além disso, foi largamente ventilado que pessoas estavam distribuindo sem qualquer critério o Cheque Cidadão com fins eleitorais", afirma Eliana Feres, diretora da seccional.

Liliane d'Almeida, coordenadora da seccional de Campos, revela que diante de tal situação e da preocupação de o trabalho de assistentes sociais vir a ser usado para chancelar uma prática clientelista, o assunto se tornou pauta das intervenções da seccional, especialmente junto às profissionais que atuam nos CRAS e CREAS do município.

"As profissionais foram orientadas a registrar qualquer irregularidade denunciada pelo usuário nos prontuários, de forma que não incorresse na infração ética de omissão diante do possível crime eleitoral. Foi pactuado também que os cadastros mensais não seriam encaminhados até que transcorresse o processo eleitoral, evitando que fossem utilizados de forma clientelista", afirma Liliane.

A agente fiscal Fátima Valentim destaca, por sua vez, a orientação dada pela seccional para que assistentes sociais, valendo-se do caráter pedagógico da profissão, refletissem com a população sobre as consequências nefastas de uma política clientelista, no enfrentamento da formação de um quadro político que não se coaduna com a defesa das políticas públicas.

Em Campos, foram múltiplas as denúncias da distribuição de formulário do programa Cheque Cidadão sem critérios que chegaram ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Situação



que culminou no inquérito criminal divulgado pela mídia como "Operação Chequinho", que até o momento levou à prisão o ex-governador Anthony Garotinho e decretou pedidos de prisão da Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e da Coordenadora do programa Cheque Cidadão.

Como um dos critérios legais do programa faz referência a pareceres sociais de assistentes sociais elaborados nos CRAS, assistentes sociais e o CRESS-RJ foram chamados a prestarem depoimentos na polícia federal. Apoiados naquilo estabelecido no nosso Código de Ética em relação a pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população, a seccional e as profissionais prestaram os esclarecimentos necessários acerca do programa e suas inclusões, pois segundos dados veiculados em

jornais da cidade, foram incluídos cerca de 18 mil usuários em apenas um mês.

No Conselho Municipal de Assistência Social, onde a seccional de Campos se faz representada, foi solicitado ao órgão que manifestasse um posicionamento público sobre o ocorrido no município e veiculado pela grande mídia para todo o país. Após muitas discussões, a nota do Conselho Municipal elaborada por uma comissão, foi lida, aprovada e encaminhada para publicação em Diário Oficial.

"Se a conjuntura hoje apresenta um cenário sombrio, ela também nos provoca a atuar em prol dos direitos sociais, rechaçando e denunciando práticas que firam tudo aquilo por nós já conquistado. Nesse momento, urge a defesa de todas as políticas sociais", finaliza Liliane.

O CRESS na mídia

Em função da 'Operação Chequinho', a seccional de Campos publicou uma nota, que foi veiculada na imprensa local e estadual, orientando assistentes sociais a não coadunarem com ações que pudessem ser utilizadas com fins clientelistas e que atrapalhassem as investigações em curso.

Em razão de toda a situação, as diretoras da seccional foram entrevistadas para matéria do Programa Fantástico, da Rede Globo, veiculada no dia 20/11. A íntegra da matéria pode ser vista através do link <https://goo.gl/4iXL1H>



Representantes da Seccional em reportagem no Fantástico da TV Globo

NOTA: não houve sugestão de pauta de matéria da seccional de Volta Redonda para esta edição do Praxis.

Retrospectiva 2016

Um ano de muitas realizações e desafios para o CRESS-RJ



O ano de 2016 se findou, e deixou muitas lições para o Serviço Social. No ano em que a profissão comemorou seus 80 anos de existência no Brasil, muitas foram as questões que foram colocadas como desafiantes na conjuntura.

“O cenário internacional para os direitos humanos, em 2016 foi de vários retrocessos. Assistimos nações, como a Síria, sendo destruídas por intervenções de países imperialistas. Pessoas continuando a fugir de seus países para se refugiar em outros. Vimos crescer os discursos de ódio, racistas, xenofóbicos. A crise internacional do capitalismo afetou em cheio o Brasil. A agenda neoliberal, na sua face mais crua, veio durante esse ano se impondo no nosso país, mesmo que para isso fosse preciso acontecer um golpe, como foi o impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff, aliado a um ascenso do reacionarismo”, analisa a assistente social Denise Nicacio, vice-presidente do CRESS.

Segundo Denise, os impactos do neoliberalismo foram sentidos de forma contundente no estado do Rio de Janeiro. “Assistimos o nosso estado vivenciar uma profunda crise financeira e política em razão dos privilégios que o grande capital obteve durante anos. Programas sociais sendo cortados, trabalhadores sem salários, instituições parando de funcionar por total ausência de infraestrutura. Esse quadro vem rebatendo em vários aspectos da nossa profissão”.

Durante o ano de 2016, o CRESS se fez presente em vários momentos das lutas dos trabalhadores diante de tantos ataques que sofreram. Ato que exigiram o “Fora Temer”, contra a privatização da saúde, ataques à educação, a contrarreforma da previdência, a participação em fóruns de organização de movimentos sociais que resistem e lutam pela ampliação dos direitos e contra todas as formas de opressão e exploração. O que sempre foi uma marca da atuação do Conselho, em 2016 foi necessário intensificar ainda mais essas frentes de atuação. Dia 30 de novembro organizamos atividades na capital e no interior no “Dia de mobilização nacional de assistentes sociais contra a regressão de direitos”. Além da luta contra o fim da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e em defesa do direito à cidade em razão da realização dos Jogos Olímpicos no município do Rio de Janeiro

“O CRESS esteve atento, e contra a corrente, fez com que a luta não parasse. As comissões temáticas do Conselho, e nela destacamos o trabalho árduo e comprometido das assistentes

sociais da base, realizaram diversas atividades que discutiram os impactos dessa conjuntura em muitos aspectos do exercício profissional, nas diversas áreas de atuação”, lembra Denise.

Os debates sobre a nossa profissão em todo o estado do Rio de Janeiro

O já tradicional mês de maio, em 2016, foi marcado pela realização do II Congresso de Assistentes Sociais do estado do Rio de Janeiro. Com cerca de 140 trabalhos aprovados, a categoria, com propriedade e altíssimo nível, pôde discutir diversos temas relacionados ao exercício profissional a partir das experiências e reflexões apresentadas pelas próprias assistentes sociais. Além disso, minicursos e seminários, ocorridos tanto na capital como nas sedes das seccionais de Campos dos Goytacazes e de Volta Redonda, e nos núcleos, intensificaram a política de interiorização do Conselho.

“As eleições municipais ocorridas esse ano fortaleceram concepções políticas conservadoras e até mesmo reacionárias. Por isso, é tão importante investir cada vez mais na organização política da categoria no interior do estado. Realizamos o Curso ‘Ética e Exercício Profissional’ em 05 núcleos do estado, restando apenas 01 para que todos os núcleos o recebam. Além disso, interiorizamos a realização da oficina sobre benefícios previdenciários. E ainda, avaliando a geografia que sustentou a política de nucleação do CRESS, a direção entendeu ser importante criar mais um núcleo no interior e realizar um encontro com representantes de todos os núcleos”, analisa o conselheiro Charles Toniolo, coordenador do recém-criado Núcleo “Luta em Ascensão”.

Charles, que também coordena a Comissão Ampliada de Ética do CRESS, diz que outra frente importante desenvolvida durante o ano de 2016 foi a política de dar maior celeridade aos processos éticos que tramitam no âmbito do CRESS. “Criamos o curso ‘Ética profissional e instrução de processos éticos’ e o realizamos tanto na sede como em Campos dos Goytacazes. O objetivo era formar comissões de instrução para qualificar o processamento ético no âmbito do Conselho. O resultado foi surpreendente: apenas em 2016, o CRESS finalizou 18 processos éticos”.

Denise também reforça a importância do trabalho da fiscalização realizado pelo CRESS. As visitas programadas junto à política de assistência social, atuação com assistentes sociais das UPAs, a inserção em ouvidorias, as ações que versam

sobre condições éticas e técnicas de trabalho de assistentes sociais, por exemplo, foram algumas das principais ações desenvolvidas. Os membros da direção e os agentes fiscais da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS, nesse processo, foram imprescindíveis.

Investimentos no âmbito do CRESS

Tanto Denise como Charles, que compõem a Comissão de Gestão Administrativo-financeira do CRESS, apontaram as ações que impactaram a estrutura interna do Conselho. “Em 2016, o Conselho realizou processos licitatórios para diversos serviços prestados. Dentre eles, para a realização do projeto arquitetônico da nova sede do CRESS, localizada na Avenida Rio Branco”, relata Charles. “Com a mudança para a nova sede, e com a unificação do horário de atendimento ao público, a ideia é oferecer um melhor atendimento à categoria”, completa Denise.

Charles ressalta ainda a importância desses investimentos para o cumprimento das responsabilidades do Conselho como autarquia federal e a prestação de serviços de qualidade. “O CRESS aprovou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração de seus trabalhadores; vem construindo uma Política de Recursos Humanos para melhor prestar atendimento à categoria, à diretoria e ao público; além de investimentos em recursos materiais”, relata. E Denise complementa: “os trabalhadores do CRESS são imprescindíveis para que toda essa máquina funcione. E todas essas ações só são possíveis com uma política financeira que tem na anuidade a sua base de sustentação”.

Finalizando, a vice-presidente do CRESS faz um chamado a toda a categoria: “a conjuntura não está favorável aos defensores de direitos, mas lembremos que nesta sociedade capitalista ela nunca esteve. Estamos de fato contra a corrente. Sustentar todas essas ações e as que virão no próximo período requer um Conselho forte, atuante e com autonomia política e financeira. Convocamos a categoria a contribuir com isso, não apenas mantendo regular suas anuidades, mas participando das lutas em curso e das atividades do CRESS. Enfrentamentos diários que assistentes sociais, ao lado de outros sujeitos políticos, estão travando cotidianamente contra o ataque aos direitos, contra o machismo, o sexismo, o racismo e todas as formas de preconceito e discriminação, nas ações em defesa de políticas públicas e pelo respeito aos direitos da classe trabalhadora. Juntos somos fortes, e na luta somos muito mais. A luta continua”.

Serviço Social no Brasil



A defesa do exercício profissional e da profissão: o Conjunto CFESS/CRESS

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930. Já na década de 1950, o Estado brasileiro regulamenta uma série de profissões. À época, os conselhos de fiscalização eram apenas instituições que possuíam como características fundamentais a burocracia, o controle e o corporativismo à categoria profissional correspondente.

Também desse período data a regulamentação do Serviço Social. Surge assim a Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957, que em seguida foi regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Este decreto, através de seu artigo 6º, coloca para o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e para os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) as funções de disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, além da função de Tribunal de Ética.

“Nesse decreto tem a criação do CFAS e dos 10 primeiros CRAS. O do Rio de Janeiro, o sétimo, foi criado nessa primeira leva e foi implementado no ano seguinte, em 1963. O próprio CFAS era também no Rio. A função meramente cartorial começa a mudar em meados da década de 1980, quando se começa a ter uma preocupação maior com uma fiscalização que não fosse apenas punitiva e sim tivesse uma dimensão pedagógica. E a década de 80 é também o trânsito de abertura política e, portanto, um trânsito de politização pela esquerda nas entidades da categoria. Não era comum nem a eleição direta para o Conjunto. Esse processo começa em 1990 para o CFESS. Nos CRESS isso ocorreu um pouco antes”, afirma Maurílio Matos, presidente do CFESS.

Ainda de acordo com Maurílio, a própria contribuição do movimento sindical dos anos 1980 vai impulsionar a renovação do Conjunto CFESS/CRESS. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que até então tinha fortes traços do conservadorismo, em 1979 ganha uma nova direção política.

“Essa direção, ainda que tenha a presença de muitos participantes, foi certamente coordenada pelo movimento sindical da época. Tanto que no final do

“Em meados da década de 1980 se começa a ter uma preocupação maior com uma fiscalização que não fosse apenas punitiva e sim tivesse uma dimensão pedagógica”

Maurílio Matos



CBAS fica deliberado que a entidade sindical – FENEAS iria organizar o próximo congresso. Em meados da década de 80, o CFAS já volta a participar, participando desse processo de renovação. Os desafios de 1990 em diante são manter essa função de garantir a fiscalização do exercício profissional e, ao mesmo tempo, trabalhar com uma dimensão político-pedagógica de uma forma geral em sintonia com setores de esquerda do país”, conta. É na década de 1990, com a Lei Federal 8662/93, que a denominação CFAS/CRAS muda para CFESS/CRESS.

Para o presidente do CRESS-RJ, Rodrigo Lima, o que pode ser considerada a simples modificação da nomenclatura, transforma também o entendimento da categoria sobre o Conselho. Passa-se a defender e a zelar pelo Serviço Social como profissão e não uma defesa de profissionais, como fazem os sindicatos.

“Acho que isso ainda ficava muito confuso naquele momento e até hoje também. Profissionais vivenciaram um momento de efervescência e ebulição de movimentos sociais e de partidos políticos que tinham uma leitura de que o Conselho, embora relacionado

à profissão, seria um órgão de defesa dos profissionais. Na verdade, a função do Conselho é relacionada à profissão. Deixamos de ser uma instituição meramente cartorial para trabalhar a perspectiva pedagógica da orientação e da fiscalização, mas fazendo atividades políticas para qualificar o exercício e prevenir possíveis violações éticas. Isso se materializa através das diversas comissões temáticas e, mais recentemente, dos núcleos; além das comissões regimentais. É o espaço onde podemos discutir o exercício profissional nas diversas áreas de atuação”, afirma Rodrigo.

Hilda Corrêa, que foi conselheira do CRESS-RJ em cinco gestões, quatro delas como Presidente, aponta ser importante observar que assistentes sociais já haviam criado um sindicato que foi a organização que coordenou a eleição para a primeira diretoria do CRAS do RJ no ano de 1963. Na ocasião assumiu a presidência a assistente social Maria Josephina Albano, jovem oriunda de tradicional família católica, com fortes laços com o poder eclesástico.

“Houve tempo que os Conselhos profissionais estiveram sob supervisão e controle ministerial, da esfera do trabalho,



“Apesar das inúmeras dificuldades, a gente felizmente tem conseguido manter um direcionamento autônomo e uma linha que se coaduna com os princípios do nosso Código de Ética”

Rodrigo Lima

vinculação extinta em 1986. A partir de então, os Conselhos passam a ter natureza de autarquias com autonomia administrativa e financeira. A trajetória histórica do Serviço Social brasileiro registra a marca do conservadorismo até a década de 1960. Um novo tempo para o Serviço Social brasileiro vai se dar a partir de um posicionamento coletivo da categoria por ocasião do seu Congresso nacional no ano de 1979, conhecido como o Congresso da Virada, de amplo conhecimento de todos”, conta Hilda, que também foi vice-presidente do CFESS.

A representatividade

Para Rodrigo, mesmo diante de contradições, defender princípios como liberdade, direitos humanos, democracia, cidadania, a luta contra a discriminação e o compromisso com os serviços prestados é dizer diretamente que o Serviço Social é uma profissional que tem em seu horizonte a defesa de um determinado projeto de sociedade e um compromisso orgânico com a população usuária.

Maurílio acrescenta ainda que o Serviço Social defende uma determinada concepção de profissão que reconhece que as agruras da população usuária não estão vinculadas a sua responsabilidade individual, mas sim às contradições da sociedade capitalista.

“Isso é fundamental porque essa linha faz com que seja preciso analisar e questionar criticamente o capitalismo do nosso tempo e interpretar as suas contradições. Esse tipo de análise tende a cada vez mais ser dificultada na realidade que se vivencia. Os ataques às políticas sociais e o avanço das expressões

conservadoras e reacionárias vão rebater diretamente tanto na vida dos trabalhadores quanto no nosso exercício profissional”, analisa.

Para Hilda, o norte da profissão não se trata de um projeto utópico. É possível realizá-lo, porque tem base no real, nasce a partir de um olhar crítico da realidade e busca superar as contradições presentes e evidentes no real. É no confronto com o real que a todos se põe a possibilidade e o desejo de um novo horizonte.

“Para consolidar e defender este projeto profissional são postas em prática, estratégias de ações articuladas e combinadas entre o conjunto CFESS/CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, incluindo a

formação qualificada na graduação e na pós-graduação para viabilizar uma prática profissional com competência teórico-crítica e interventiva na realidade social, prática esta comprometida com a expansão da democracia, com o direitos humanos e com o acesso da população a políticas públicas”, acrescenta.

Um projeto profissional em disputa

Em tempos sombrios e adversos, a atual direção política do Conjunto CFESS/CRESS vem sofrendo resistência de uma parcela significativa da sociedade.

“Os posicionamentos ético-políticos que o Conjunto levanta e defende, por meios dos veículos de comunicação, são avançados e ousados. Geralmente as pessoas pensam que uma autarquia como o CRESS é algo conservador, que não tem uma preocupação com perspectivas mais amplas e de esquerda. Apesar das inúmeras dificuldades, a gente felizmente tem conseguido manter um direcionamento autônomo e uma linha que se coaduna com os princípios do nosso Código de Ética”, defende Rodrigo.

A ano de 2017 será certamente muito difícil. Os entrevistados finalizam afirmando que assistentes sociais precisarão estar atentas e fortes para enfrentar os desafios do século XXI e para responder qualificadamente às demandas institucionais e da população usuária. E, nesse processo, o Conjunto CFESS/CRESS continuará se aproximando cada vez mais da nossa categoria. Porém essa via precisa ser, mais do que nunca, de mão dupla.

“Para consolidar e defender este projeto profissional são postas em prática estratégias de ações articuladas e combinadas entre o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO”

Hilda Corrêa



Outras ações

Outubro e novembro/2016

Nada a Temer! Mobilização Nacional de Assistentes Sociais contra a Regressão de Direitos – aprovado no Encontro Nacional CFESS/CRESS, o dia 30 novembro foi marcado por mobilizações que ocorreram em todo o país, com o objetivo de mobilizar a categoria para as lutas em curso pelo “Fora Temer!”, contra os retrocessos em curso e pela ampliação de direitos. No nosso estado, o CRESS organizou várias atividades.

- Dia 29/11, a seccional de Campos dos Goytacazes participou de uma aula pública, realizada nas escadarias da Câmara de Vereadores do município com a professora e assistente social Ana Costa, da UFF/Campos. A atividade foi organizada por um coletivo de sindicatos, movimento estudantil e outros movimentos, e teve como tema “Todos contra a PEC 251/55: a PEC da Maldade”!

- No dia 30/11, diversas ações foram



organizadas pelo CRESS:

A seccional de Volta Redonda realizou o debate “Desmonte de Direitos Sociais”, na Praça Brasil, no bairro Vila Santa Cecília.

A seccional de Campos realizou, junto do SINDIPETRO e do movimento estudantil da região, o debate “É preciso estar atento e fortes!

Assistentes sociais conhecendo as lutas do SINDIPETRO e das ocupações dos estudantes das universidades da região contra a redução de direitos”, que ocorreu na sede do SINDIPETRO, em Macaé.

Assistentes sociais da FIOCRUZ, com o apoio do CRESS, realizaram na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) o debate “A tendência à regressão de direitos no cenário atual”.

Também na capital, o CRESS realizou a aula-pública “Conjuntura, educação e Serviço Social”, no Colégio Pedro II, no Centro. A atividade foi organizada em conjunto com o movimento de ocupação dos estudantes e contou com a presença de assistentes sociais e dos estudantes que participavam da ocupação.

Reunião do GT Nacional Trabalho e Formação Profissional – reunido em Cuiabá/MT, dia 11/10, o Grupo de Trabalho coordenado pelo CFESS discutiu as ações para o próximo período na luta contra a precarização da formação profissional. O CRESS-RJ participou da reunião por ser representante dos CRESS da Região Sudeste no referido GT.

Educação permanente nos Núcleos – dando continuidade à política de interiorização das ações de educação permanente, o CRESS realizou duas edições do curso “Ética e exercício profissional” no interior. Dias 27/9 e 4/10, em Petrópolis/RJ, no Núcleo “Esterlina Ramos” e nos dias 21 e 28/11, em Paracambi/RJ, no Núcleo “Luta em Ascensão”.

VI Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza – debatendo diversos temas que envolvem a violação e a defesa de direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes, o CRESS participou do evento organizado pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), da UERJ, realizado na mesma universidade entre os dias 19 e 21/10.

Exercício profissional e pessoa com deficiência – as Comissões de Previdência Social, Saúde, Assistência Social, Educação e Direito à Cidade do CRESS-RJ realizaram o evento “Alterações no BPC, inclusão de pessoas com deficiência e o exercício profissional de assistentes sociais”, no dia 25/10, no auditório do Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAD). O seminário discutiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as alterações previdenciárias em curso, políticas de acessibilidade no espaço urbano e os impactos para o exercício profissional de assistentes sociais. Além disso, várias assistentes sociais com deficiência estiveram presentes, reforçando a importância desse debate também em questões específicas da nossa profissão.

Recepção de estudantes da UFRJ – no dia 9/11, o CRESS recebeu em seu auditório estudantes de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além de apresentar o Conselho, também foram debatidos os principais desafios para o Serviço Social na atualidade.

“Conjuntura e Serviço Social” – esse foi o tema do evento organizado pelo Núcleo “Josy Ramos”, que reuniu assistentes sociais no dia 29/11, em São Pedro da Aldeia. O evento discutiu a importância de assistentes sociais se mobilizarem diante desse cenário de retrocesso de direitos. No final a categoria analisou a realidade e o desafio na Região dos Lagos do estado.

Seminário Nacional Serviço Social e Sigilo Profissional – antecedendo o 45º Encontro Nacional CFESS/CRESS, o CFESS e o CRESS-MT realizaram o evento, em Cuiabá/MT. Temas como a ética profissional, o trabalho interdisciplinar e a produção de documentos por assistentes sociais foram debatidos no evento que ocorreu nos dias 12 e 13/10 e reuniu assistentes sociais do país todo. Assista em: www.youtube.com/user/CFESSvideos/videos.

Manifestações contra a PEC 241 / 55 – o CRESS esteve presente em diversos atos contra os ataques a direitos promovidos pelo governo federal. No dia 11/11 esteve presente no ato público e na passeata realizada na porta da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). No dia 25/11, que foi um dia nacional de mobilizações, também esteve presente com faixas e cartazes no ato que também marcou a abertura da “Campanha Nacional dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”. No dia 29/11 esteve Ato Ocupa Brasília contra a PEC 55, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF.

Dia Municipal de Enfrentamento à Violência contra crianças e adolescentes – promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Niterói/RJ, o CRESS participou da atividade como palestrante da mesa “Violência contra crianças e adolescentes como expressão da questão social”, no dia 21/10.

Relações entre sistema de justiça e assistência social – em Macaé, no dia 19/10, o CRESS, através do Núcleo “Construção e Movimento” e a subseção do Conselho Regional de Psicologia (CRP) promoveram uma roda de conversa com profissionais sobre a Nota Técnica nº 2/2016 do MDS.

“Benefícios previdenciários, atualização do BPC e a intervenção de assistentes sociais” – com este tema, o Núcleo “Serra em Movimento” lotou o auditório do Palácio de Cristal do Parque de Exposição, no município de Cordeiro. A atividade organizada pelo Núcleo foi ministrada pela equipe do Programa de Educação Previdenciária do INSS, dia 24/11.

Pré-ENPESS – o CRESS participou da atividade preparatória para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) que ocorreu nos dias 26 e 27/10, na UFRJ, organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS / Região Leste). O CRESS-RJ esteve presente na mesa de abertura e palestrou na mesa “Desafios da implantação da Política Nacional de Estágio na região: a interface entre formação e exercício profissional”, dia 26/10.

Dia Nacional da Maconha Medicinal – dia 27/11, Dia Nacional de Combate ao Câncer, o CRESS participou do ato “Maconha pode salvar vidas”, promovido pela Rede Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas, na Praça Mauá, no Rio de Janeiro.

Multiplicação do Curso “Ética em movimento” – nos dias 7, 22 e 29/11 ocorreram no auditório do CRESS as aulas dos módulos 1, 2 e 3 do curso “Ética em movimento”. Em 2016, o projeto de multiplicação do curso coordenado pelo CFESS teve como público-alvo prioritário, em nosso estado, assistentes sociais que exercem supervisão de estágio.

VI Seminário Nacional contra a Privatização da Saúde – organizado pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, o evento ocorreu entre os dias 25 e 27/11, em Goiânia/GO. O evento teve como tema “Por uma frente de lutas em defesa do SUS e contra a mercantilização da saúde” e reuniu militantes em defesa da saúde pública de todo o país. Ao final, uma agenda nacional de mobilizações foi aprovada na luta em defesa da saúde pública, gratuita, de qualidade e 100% estatal.

Ocupação de estudantes de Serviço Social da UFF/Niterói – o CRESS participou do Fórum Permanente de Supervisão de Estágio, que ocorreu no âmbito do movimento de ocupação de estudantes em defesa da universidade pública, no dia 17/11, que contou com um debate sobre análise de conjuntura feita pelo professor José Paulo Netto.

Mobilizações contra a extinção da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – o CRESS esteve presente em vários momentos da resistência contra a extinção da SEASDH, participando dos debates, mobilizações e lutas. Dia 10/10 esteve presente na reunião ampliada do Conselho Estadual de Assistência Social, na sede da então Secretaria. Dia 17/10 participou da audiência pública na ALERJ que denunciou a proposta. Também esteve presente, dia 20/10, em manifestação na ALERJ. No dia 27/10 participou do abraço realizado no prédio da Central do Brasil, além de ter realizado reunião com diversos gestores. E dia 16/11 esteve presente na plenária aberta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, discutindo os impactos do fim da Secretaria de políticas para as mulheres.

O Novo Código de Processo Civil e o trabalho de assistentes sociais e psicólogos no Sistema de Justiça – organizado pela Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Sociojurídico – AASP Brasil – o CRESS, através da Comissão Sociojurídica, participou da oficina que ocorreu em São Paulo/SP, no dia 21/10. O evento debateu os

45º Encontro Nacional CFESS/CRESS – organizado pelo CFESS e pelo CRESS-MT, no período de 13 a 16/10, ocorreu em Cuiabá/MT o último Encontro das gestões que se encerram em 2017. De acordo com a metodologia, em 2016 avaliamos as deliberações que aprovamos em 2014 e monitoramos em 2015. O CRESS-RJ se fez presente com a delegação eleita em assembleia. Muitos foram os resultados deste encontro. Nele foi aprovada a Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência, bem como a Política Nacional de Interiorização das Ações do Conjunto CFESS/CRESS. Os instrumentais que são utilizados nas ações de fiscalização dos CRESS também foram revistos e uma nova versão aprovada, que será implementada em caráter experimental. E depois de um excelente debate sobre conjuntura, o Encontro aprovou a Carta de Cuiabá, que versou sobre o posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS diante das lutas sociais em curso, intitulada “É preciso atento/a e forte”. A Carta de Cuiabá pode ser acessada no site do CFESS.



impactos do novo Código de Processo Civil e das resoluções do Conselho Nacional de Justiça no exercício profissional, como a relação entre peritos e assistentes técnicos, o papel da perícia judicial, dentre outros.

“Desafios para o exercício profissional de assistentes sociais no município de Rio Bonito” – esse foi o tema da roda de conversa organizada pelo Núcleo “Maria Conga e Andorinhas”, realizada no município de Rio Bonito, dia 10/11.

Seminário Nacional de Pesquisa em Prisões – organizado pela Escola de Gestão Penitenciária da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), em parceria com a UNIRIO, o CRESS participou do evento realizado dias 10 e 11/11. A Comissão de Direitos Humanos do CRESS também apresentou o trabalho “O trabalho da Comissão de Direitos Humanos do CRESS frente a violações de direitos no sistema penitenciário”, sistematizando e debatendo as ações já desenvolvidas pela Comissão.

“Os 80 anos do Serviço Social no Brasil e os 30 anos da seccional de Volta Redonda” – esse foi o tema do evento comemorativo realizado pelo curso de Serviço Social da UNIFOA, em Volta Redonda, dia 16/11. O evento, que contou com a participação da direção do CRESS sede e da seccional na mesa, debateu a trajetória da profissão no Brasil, sua virada e a importância da seccional de Volta Redonda para a organização de assistentes sociais na região.

Assistência Estudantil e Serviço Social – organizado pela Comissão de Educação do CRESS, o evento ocorreu na UERJ, no dia 7/10. O evento, além de uma mesa que discutiu o exercício profissional de assistentes sociais no âmbito da política de assistência estudantil nos espaços educacionais, reuniu profissionais em grupos simultâneos que discutiram as particularidades do Serviço Social nessa política na educação básica e no ensino superior.

Atos públicos contra o Pacote da Maldade – o CRESS participou de várias manifestações contra o pacote de retrocessos anunciado pelo governo do estado do Rio de Janeiro que atinge diretamente os trabalhadores estaduais e os beneficiários de

programas sociais. Nos dias 31/10, 9/11 e 16/11 esteve presente nos atos na porta do Tribunal de Justiça e da ALERJ, organizados pelo MUSPE.

Grupo de Trabalho sobre o uso do nome social de pessoas trans no exercício profissional – coordenado pela Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual e pela Comissão Ampliada de Ética, um GT foi criado no âmbito do CRESS envolvendo a COFI, outras comissões temáticas e assistentes sociais que atuam em instituições que trabalham com a população trans. O objetivo é a construção de um Termo de Orientação para o uso do nome social por assistentes sociais, independente do espaço sócio ocupacional. O GT se reuniu dias 10/10 e 18/11, no CRESS.

Apoio às ocupações de estudantes – o CRESS, junto de diversas assistentes sociais, participou do ato em defesa do “Ocupa Pedro II”, organizado por estudantes, após tentativa de desocupação em função de ação movida pelo Ministério Público Federal. O ato ocorreu dia 16/11, em frente à sede da Justiça Federal, na Cinelândia.

Encontro CRESS/Núcleos – no dia 19/11, no auditório do CRESS, os núcleos do CRESS do interior do estado se reuniram para discutir a “Política Estadual de Nucleação do Conselho” e os desafios para o Serviço Social no nosso estado.



O CRESS na mídia

O CRESS publicou artigo intitulado “Redução da maioria penal é a solução?”, na Revista “Territórios Transversais”, nº 4, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

O artigo “Convivência comunitária para quem?” foi publicado pelo CRESS no livro “Direitos humanos de crianças e adolescentes: coletânea de textos e estudos acadêmicos”, organizado pela Frente Nacional dos Prefeitos, CEDECA-RJ, ISCOS, Viva Rio e União Europeia.

Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social

Prêmio Visibilidade e sua importância no cenário atual

A premiação do IX Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social aconteceu em cerimônia realizada em 28/10, na sede do CRESS. O Prêmio Visibilidade, realizado já há dez anos, é uma forma de valorizar e estimular iniciativas que contribuam para melhorar a visibilidade pública do Serviço Social e das políticas sociais em consonância com a perspectiva defendida pelo Conjunto CFESS/CRESS.

Felipe Moreira, diretor do CRESS-RJ e coordenador da Comissão de Comunicação e Cultura do Conselho, destaca a importância da realização do Prêmio em um momento histórico no qual a grande mídia comercial teve papel ativo na consolidação de um golpe no país. E reforça que, nesse sentido, fortalecer a mídia contra-hegemônica é uma tática fundamental.

“Se por um lado os grandes conglomerados de comunicação da burguesia passam a ideia de que a saída da crise é congelar investimentos em políticas sociais por vinte anos, por outro lado matérias e experiências profissionais, como as premiadas no Visibilidade ao longo dos seus nove anos de existência, mostram justamente o contrário. Revelam que a defesa das políticas sociais de caráter público, gratuito, estatal, democrático e universal é o que está na pauta do dia da classe trabalhadora”.

Ainda de acordo com Felipe, o Prêmio Visibilidade é uma iniciativa acertada, cada vez mais reconhecida por assistentes sociais e profissionais de comunicação, que busca pôr luz justamente naquilo que a grande mídia burguesa quase nunca mostra. “Aproxima do Serviço Social lutadores sociais que travam suas batalhas por um outro mundo através da comunicação, ao mesmo tempo que aproxima o Serviço Social de um debate indispensável: a função social da comunicação hegemônica no capitalismo e a importância de se lutar pela radical democratização da mídia”, acentuou.

O trabalho “Família acolhedora: proteção integral, apoio e cuidado



individualizado a crianças no município de São Gonçalo” foi o vencedor da categoria Trabalhos em Serviço Social. A autora, Natalia Figueiredo, é a única assistente social em uma equipe de seis pessoas. Ela reforça que o serviço de acolhimento familiar a crianças deveria ser considerado antes mesmo do abrigo, de acordo com a legislação. No entanto, dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, apenas 10 assim o fazem. Entre esses o município de São Gonçalo, com o programa Família Acolhedora, da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), que virou referência e está sendo convocado para prestar assessoria a outros municípios na questão da execução e gestão do serviço.

“A nossa equipe é bem coesa na importância da divulgação do nosso trabalho. E, nesse sentido, acredito que o Prêmio vai trazer ainda mais divulgação e visibilidade. Ter ficado em primeiro lugar nos legitima e trará uma imagem ainda melhor para o nosso serviço e para a própria equipe. É gratificante para nós encerrar este sexto ano de existência do trabalho recebendo um prêmio de tamanha legitimidade”.

Na categoria Trabalhos de Comunicação, a reportagem “Complexidade das favelas é histórica”, escrita por Eli Geovani Sant’Anna, ficou em primeiro lugar. Na segunda colocação desta categoria ficou o “Projeto Comunica CRAS”, que tem entre as autoras duas assistentes sociais, Edith Lícia Santana e Aldineia Guimarães. Elas abraçaram a ideia apresentada pela estagiária de Serviço Social

que atua também na área de comunicação, de levar informações sobre programas sociais para uma rádio local de Nova Iguaçu.

“No território em que nós atuamos, boa parte da população vive em extrema pobreza e muitas vezes, por falta de informação sobre os programas sociais, essa população não sabe qual a porta de entrada para acessar um benefício. Nesse sentido, por meio da rádio nós levamos informações e problematizamos questões referentes ao que percebemos no acompanhamento com as famílias no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). E nós temos esse retorno durante os atendimentos. Muitas pessoas reivindicam seus direitos especialmente porque ouviram na rádio”, explica Aldineia.

Processos de resistência como esses premiados em 2016 ocorrem, felizmente, por fontes diversas. Prova disso é termos finalistas e vencedores do Prêmio Visibilidade, ao longo dos anos, que vão desde matérias produzidas por coletivos de favelas e por núcleos de jornalistas militantes de esquerda, até oriundos de jornais e informativos religiosos ou militares. Em 2017 o Prêmio Visibilidade chegará na sua 10ª edição. Convidamos, desde já, toda categoria a inscrever experiências e, com isso, contribuir com o fortalecimento da nossa profissão e das políticas sociais na perspectiva apontada pelo projeto ético-político do Serviço Social.